

Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década

Célio Oliveira – Instituto Nacional de Estatística

Sofia Pacheco – Instituto Nacional de Estatística

Susana Neves – Instituto Nacional de Estatística

Francisco Lima – Instituto Superior Técnico e CEG-IST

Resumo

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é uma operação estatística realizada em todos os Estados-Membros da União Europeia (UE-28) e teve a sua terceira edição em 2016, na sequência das edições de 2007 e 2011. O carácter estrutural dos seus resultados e a sua relevância no contexto da definição de medidas de políticas públicas justificam o aprofundamento de uma análise temporal para a década 2007-2016 para o âmbito etário comum (população com idade dos 18 aos 64 anos), bem como com outros países da UE-28.

O objetivo deste estudo é perceber o percurso efetuado pela população adulta residente em Portugal e posicionar o país no contexto mais vasto da UE no que respeita à participação em aprendizagem ao longo da vida, educação formal e não formal, aprendizagem informal e ao conhecimento de línguas.

O que se alterou em dez anos em termos da participação da população adulta em educação e formação e que grupos populacionais mais contribuíram para as mudanças identificadas? Que alterações ocorreram no conhecimento de línguas estrangeiras? Que impactos têm a educação e formação na vida das pessoas, designadamente no seu rendimento? Quais os efeitos da escolaridade dos pais na trajetória de educação dos filhos? Estas são algumas das questões que orientam a análise dos resultados.

Summary

The Adult Education Survey (AES) is a statistical operation conducted in all Member States of the European Union (EU-28) and carried out its third wave in 2016, following the implementation of the 2007 and 2011 waves. The structural impact of its results and their relevance for the definition of public policy measures justifies a more in-depth temporal analysis of the 2007-2016 decade for the common age group (population aged between 18 and 64), as well as with other EU-28 countries.

The purpose of this study is to understand the education and training trajectory of the adult population living in Portugal and to position the country in the wider context of the EU regarding the participation in lifelong learning, formal and non-formal education, informal learning and the knowledge of foreign languages.

What has changed in ten years in terms of the adult population's participation in education and training and which population groups have contributed most to the changes identified? What changes have occurred in the knowledge of foreign languages? What impact do education and training have on people's lives, particularly on their income? What are the effects of parents' educational background on children's education? These are some of the questions that guide the analysis of results.

Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década

Célio Oliveira* – Instituto Nacional de Estatística

Sofia Pacheco* – Instituto Nacional de Estatística

Susana Neves* – Instituto Nacional de Estatística

Francisco Lima* – Instituto Superior Técnico e CEG-IST

1. Introdução

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é uma operação estatística realizada em todos os Estados-Membros da União Europeia (UE-28) e teve a sua terceira edição em 2016, na sequência das edições de 2007 e 2011. O carácter estrutural dos seus resultados e a sua relevância no contexto da definição de medidas de políticas públicas justificam o aprofundamento de uma análise temporal para a década 2007-2016.

O que se alterou em 10 anos em termos da participação da população adulta em educação e formação e que grupos populacionais mais contribuíram para as mudanças identificadas? Que alterações ocorreram no conhecimento de línguas estrangeiras? Que impactos têm a educação e formação na vida das pessoas, designadamente no seu rendimento? Quais os efeitos da escolaridade dos pais na trajetória de educação dos filhos? Estas são algumas das questões que orientam a análise de resultados.

Ao privilegiar-se a comparação de resultados entre 2007 e 2016 para o âmbito etário comum (população com idade dos 18 aos 64 anos)¹, estabelecendo comparações com outros países da UE-28 para os principais indicadores, pretende-se perceber o percurso efetuado pela população adulta residente em Portugal e posicionar o país no contexto mais vasto da UE no que respeita à participação em educação e formação e ao conhecimento de línguas.

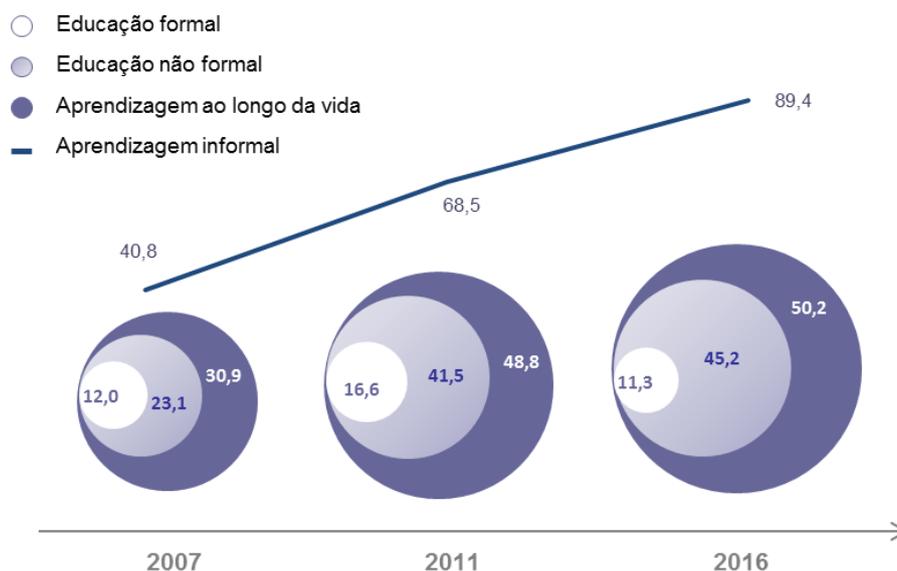
* As opiniões expressas no Estudo são da responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do INE.

2. Educação e formação em Portugal: o que aconteceu em 10 anos?

- Na década 2007-2016, a taxa de participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida (ALV) aumentou cerca de 20 pontos percentuais (p.p.), particularmente devido ao aumento da participação em educação não formal, que duplicou entre 2007 e 2016.
- A participação em educação formal, depois de um aumento entre 2007 e 2011, registou um decréscimo em 2016.
- A participação da população adulta em atividades de aprendizagem informal generalizou-se, tendo mais do que duplicado neste período.
- A população que não participou em qualquer atividade de educação formal, não formal ou aprendizagem informal tornou-se praticamente residual ao longo destes 10 anos, reduzindo-se a taxa correspondente de 48,2% em 2007 para 8,2% em 2016.
- Em 2016, mais de 70% da população adulta conhecia pelo menos uma língua estrangeira, tendo esta proporção aumentado 19,8 p.p. face a 2007. O inglês era a língua estrangeira mais conhecida.
- Os resultados evidenciam a relação positiva dos prémios salariais com o nível de escolaridade completo. Entre 2007 e 2016 verifica-se um acréscimo dos prémios salariais em todos os níveis de ensino, com exceção do ensino superior.
- Por comparação com a não participação, participar em atividades de educação não formal contribuiu também para acréscimos salariais.
- Os resultados evidenciam, ainda, uma associação entre o nível de escolaridade dos pais e dos filhos – transmissão intergeracional da educação – particularmente forte no caso das mães.

¹ Face à operação de 2007, na qual foi inquirida a população dos 18 aos 64 anos, as operações de 2011 e de 2016 alargaram o âmbito etário de inquirição à população dos 65 aos 69 anos. O âmbito etário comum às três edições – população dos 18 aos 64 anos – constitui o cerne da análise. As exceções encontram-se devidamente identificadas.

Figura 1 – Proporção de pessoas dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida, educação formal, educação não formal e aprendizagem informal (%), 2007, 2011 e 2016



Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007, 2011 e 2016.

3. Aprendizagem ao longo da vida: educação formal e não formal²

A participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida aumentou cerca de 20 p.p. numa década, particularmente devido ao aumento da participação em educação não formal, que duplicou entre 2007 e 2016

O conceito de aprendizagem ao longo da vida, em linha com as orientações do Eurostat, compreende a participação em alguma atividade de educação formal – ministrada em instituições de educação, conducente a um nível de escolaridade – ou não formal – atividade organizada de formação, profissional ou outra, numa dada área de competências, mas que não equivale a um nível de escolaridade.

Em 2016, mais de metade da população com idade dos 18 aos 64 anos (50,2%) participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida, proporção que cresceu consistentemente na última década. Entre 2007 e 2016 registou-se um aumento de 19,3 p.p. na proporção de pessoas que participaram em atividades de ALV: era 30,9% em 2007 (2,1 milhões de pessoas) e 48,8% em 2011 (3,2 milhões de pessoas).

Para o aumento da importância relativa da ALV contribuiu, em maior medida, a participação em educação não formal, cuja proporção duplicou, passando de 23,1% em 2007 para 45,2% em 2016 (mais 22,1 p.p.). Relativamente à participação em educação

formal, depois de um aumento entre 2007 e 2011 (de 12,0% para 16,6%), registou-se um decréscimo em 2016 (para 11,3%)³.

Na Região Autónoma da Madeira registou-se o maior acréscimo de participação em ALV da década

Na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro registaram-se as taxas mais elevadas de participação em ALV nos três anos considerados (56,1% e 52,9%, respetivamente, em 2016). Porém, a análise da década evidencia a Região Autónoma da Madeira como aquela onde o crescimento foi mais assinalável, aumentando 25,0 p.p. em 10 anos: passou de 19,9% em 2007 para 44,9% em 2016.

Participação em ALV mais elevada para os homens e para as pessoas dos 35 aos 44 anos

O aumento observado ao nível da participação em ALV é comum a homens e mulheres, não obstante seja mais elevado para os homens: para estes regista-se um aumento de 20,4 p.p. entre 2007 e 2016 (passando de 31,1% para 51,5%), enquanto para as mulheres se regista um aumento de 18,3 p.p. no mesmo período (passando de 30,7% para 49,0%).

Em termos etários, pese embora o facto de a participação em ALV ser mais elevada na população

² Por questões de arredondamento, e/ou devido à existência de situações não classificáveis, alguns totais podem não corresponder à soma das parcelas.

³ Esta evolução, de resto, é consistente com os dados de outras fontes de informação, designadamente o Inquérito ao Emprego, e dados administrativos relativos ao número de matriculados/inscritos no conjunto dos níveis de ensino básico, secundário/pós-secundário e superior da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Quadro 1: Proporção de pessoas com idade dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e em educação não formal por sexo, 2007, 2011 e 2016					
		2007	2011	2016	Variação (2016-2007)
		%			p.p.
	TOTAL	30,9	48,8	50,2	19,3
ALV	Homens	31,1	47,9	51,5	20,4
	Mulheres	30,7	49,5	49,0	18,3
	TOTAL	12,0	16,6	11,3	-0,7
Educação formal	Homens	11,2	16,2	11,5	0,3
	Mulheres	12,8	17,0	11,1	-1,7
	TOTAL	23,1	41,5	45,2	22,1
Educação não formal	Homens	23,7	40,8	46,1	22,4
	Mulheres	22,5	42,1	44,4	21,9

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007, 2011 e 2016.

mais jovem (em 2016 abrangia 80,7% da população dos 18 aos 24 anos, descendo continuamente até 28,6% da população dos 55 aos 64 anos), destaca-se a participação das pessoas do grupo dos 35 aos 44 anos, com o maior aumento na década (25,4 p.p.).

A participação em ALV aumenta com a escolaridade, mas os maiores aumentos da década observaram-se entre quem tinha níveis de escolaridade mais baixos

Qualquer que seja o ano considerado, a participação em ALV é sempre mais elevada para quem tem ensino superior, e aumenta, genericamente, com o nível de escolaridade completo. Em 2016, participou em ALV 20,7% da população adulta que não tinha ainda completado qualquer nível de escolaridade e 18,1% da que tinha o 1.º ciclo do ensino básico, aumentando para mais de dois terços (72,6%) na que tinha ensino superior.

Por outro lado, pese embora o aumento da participação para todos os níveis de escolaridade na década em análise, o acréscimo é particularmente evidente nos níveis de escolaridade mais baixos: 19,9 p.p. para quem

não tinha ainda qualquer nível de escolaridade completo, e de 7,6 p.p. para quem completou ensino superior.

Considerando o nível de escolaridade do pai e da mãe, constata-se em todos os anos que a participação em ALV aumenta à medida que aumenta a escolaridade dos progenitores. Tal como se observa em relação à escolaridade do próprio, também se verificam maiores acréscimos de participação ao longo da década para as pessoas cujos pais tinham níveis de escolaridade mais baixos.

Empregados, sobretudo trabalhadores por conta de outrem, com aumentos relativos mais elevados na participação em ALV ao longo da década 2007-2016

Em termos de condição perante o trabalho, se os estudantes são quem apresenta as mais elevadas taxas de participação em ALV (naturalmente devido às elevadas taxas de participação em educação formal, por se tratar de um grupo ainda a frequentar a escolaridade), na população ativa destacam-se os empregados, cuja participação mais aumentou na década, passando de cerca de um terço (32,2%) em 2007 para mais de metade (55,6%) em 2016.

Quadro 2: Proporção de pessoas com idade dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida por região NUTS II (NUTS-2013), 2007, 2011 e 2016				
	2007	2011	2016	Variação (2016-2007)
	%			p.p.
TOTAL	30,9	48,8	50,2	19,3
Norte	27,7	48,3	45,8	18,1
Centro	31,8	50,9	52,9	21,1
A. M. Lisboa	36,0	49,6	56,1	20,1
Alentejo	30,4	46,0	50,0	19,6
Algarve	31,8	51,2	48,4	16,6
R. A. Açores	25,4	35,1	37,6	12,2
R. A. Madeira	19,9	44,2	44,9	25,0

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007, 2011 e 2016.

Para a população empregada, o aumento em ALV verificou-se tanto nos trabalhadores por conta própria como, sobretudo, nos trabalhadores por conta de outrem (19,6 p.p. e 22,9 p.p., respetivamente). De resto, são estes que apresentam taxas de participação em ALV mais elevadas, em qualquer dos anos considerados.

Nos 10 anos em análise, nos empregados com contrato de trabalho sem termo e naqueles com regime de trabalho a tempo completo registou-se o maior acréscimo de participação em ALV, respetivamente 23,8 p.p. e 21,4 p.p..

Grupos profissionais mais qualificados participam mais em ALV

A participação em ALV é mais elevada nos grupos de profissões que exigem maiores níveis de qualificação, designadamente os “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, qualquer que seja o ano considerado. A análise da década evidencia, no entanto, que o maior crescimento relativo em termos de participação naquele tipo de atividades revelou-se justamente nos profissionais que ocupavam profissões menos qualificadas: “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (aumento de 26,5 p.p. de 2007 a 2016); “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” (aumento de 25,2 p.p.); “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (aumento de 24,2 p.p.); e “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e vendedores” (aumento de 23,6 p.p.).

Participação em ALV mais elevada para as pessoas com hábitos de leitura de livros

Em qualquer dos anos considerados, a participação em ALV é superior nos indivíduos que têm hábitos de leitura de livros como atividade de lazer, por comparação com os que não têm esse hábito (60,9% e 43,2%, respetivamente, em 2016). No entanto, a diferença entre os dois grupos esbateu-se: era de 26,2 p.p. em 2007 e de 17,7 p.p. em 2016.

Que grupos populacionais mais contribuíram para o crescimento observado na participação em ALV ao longo da década?

A estimativa da população que participou em atividades de ALV em 2016 era de 3,2 milhões (2,1 milhões em 2007), o que representa um crescimento na década de 51,7%. Mas nem todos os grupos populacionais contribuíram de igual forma para este aumento.

A decomposição da variação observada naqueles 10 anos é apresentada no gráfico 1, compreendendo várias componentes: sexo, grupo etário, nível de escolaridade, local de residência, tipologia de localidade e condição perante o trabalho. A leitura do gráfico permite identificar o contributo de cada componente para aquela variação, uma vez que a soma dos contributos das componentes de cada um dos grupos populacionais iguala a variação para a década da participação em ALV.

Por exemplo, o número de homens que participaram em ALV aumentou 530,5 mil e o de mulheres 554,1 mil, resultando num aumento da participação em ALV de 1 084,7 mil pessoas. Daqui decorre que a taxa de variação decenal da participação em ALV, de 51,7%, se obtém pela soma dos contributos seguintes: 25,3 p.p. dos homens e de 26,4 p.p. das mulheres.

Quadro 3: Proporção de pessoas com idade dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo e condição perante o trabalho, 2007, 2011 e 2016					
		2007	2011	2016	Varição (2016-2007)
		%			p.p.
TOTAL		30,9	48,8	50,2	19,3
Sexo	Homens	31,1	47,9	51,5	20,4
	Mulheres	30,7	49,5	49,0	18,3
Grupo etário	18-24 anos	60,8	79,3	80,7	19,9
	25-34 anos	40,2	59,8	60,2	20,0
	35-44 anos	28,5	52,2	53,9	25,4
	45-54 anos	22,0	41,4	43,0	21,0
	55-64 anos	10,8	22,0	28,6	17,8
Nível de escolaridade	Nenhum	0,8	10,5	20,7	19,9
	Básico - 1.º ciclo	7,6	20,7	18,1	10,5
	Básico - 2.º ciclo	20,6	32,6	30,9	10,3
	Básico - 3.º ciclo	37,2	54,7	48,1	10,9
	Sec. e Pós-secundário	55,1	68,2	63,2	8,1
Condição perante o trabalho	Superior	65,0	75,5	72,6	7,6
	Empregado	32,2	54,6	55,6	23,4
	Desempregado	24,4	40,3	30,6	6,3
	Estudante	96,9	99,6	98,1	1,2
	Outros inativos	6,1	12,6	11,7	5,6

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007, 2011 e 2016.

Tomando em consideração as restantes variáveis acima referidas, salientam-se os seguintes resultados em termos de contribuição para o aumento da taxa de participação em ALV entre 2007 e 2016:

- Por grupo etário, foi a população com idade acima dos 35 anos que mais contribuiu para o aumento relativo da participação em ALV entre 2007 e 2016, particularmente os grupos dos 35 aos 44 anos (18,0 p.p.) e dos 45 aos 54 anos (15,8 p.p.).
- Por nível de escolaridade, é no ensino secundário e pós-secundário e no superior que os contributos são mais notórios (20,6 p.p. e 19,7 p.p., respetivamente).
- Por local de residência, destacam-se as regiões Norte (17,3 p.p.), Área Metropolitana de Lisboa (14,1 p.p.) e Centro (11,7 p.p.), assim como as regiões com maior concentração populacional: zonas densamente povoadas (26,2 p.p.) e zonas medianamente povoadas (17,3 p.p.).
- Segundo a condição perante o trabalho o maior contributo é da população empregada (42,3 p.p.). Concentrando a análise somente neste grupo, verificou-se um aumento de 58,7% no número de empregados participantes em ALV entre 2007 e 2016. Para este aumento contribuíram essencialmente os trabalhadores por conta de outrem (55,0 p.p.), os “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” (16,9 p.p.) e os

“Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (15,6 p.p.).

- Para a população empregada, considerando apenas os trabalhadores por conta de outrem, cujo aumento registado no número de participantes em ALV entre 2007 e 2016 foi de 64,0%, o contributo mais relevante para tal evolução resultou dos que tinham um contrato de trabalho sem termo (53,5 p.p.) e que trabalhavam a tempo completo (61,8 p.p.).

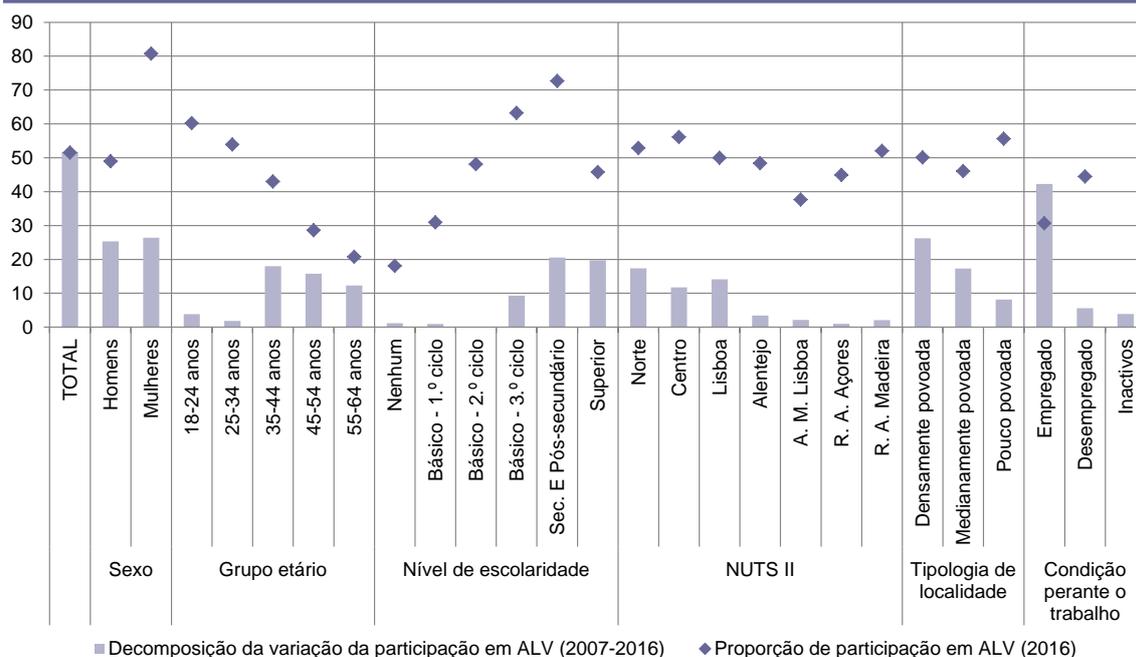
Portugal foi o país da UE em que mais aumentou a participação em ALV entre 2007 e 2016

Como referido, o IEFA é um inquérito comunitário realizado em todos os Estados-Membros da União Europeia⁴, permitindo assim estabelecer comparações ao nível europeu para o grupo etário comum, dos 25 aos 64 anos. Para uma perspetiva mais global da evolução em Portugal na última década em matéria de educação e formação, importa enquadrar o posicionamento do país face a outros Estados-Membros.

Os dados de 2007, disponíveis para 26 países europeus, permitem identificar uma forte disparidade entre países relativamente à proporção de participação em atividades de ALV. Em 2016, os dados disponíveis para 19 países europeus indicam que as disparidades persistem, com os países genericamente a manterem as mesmas posições.

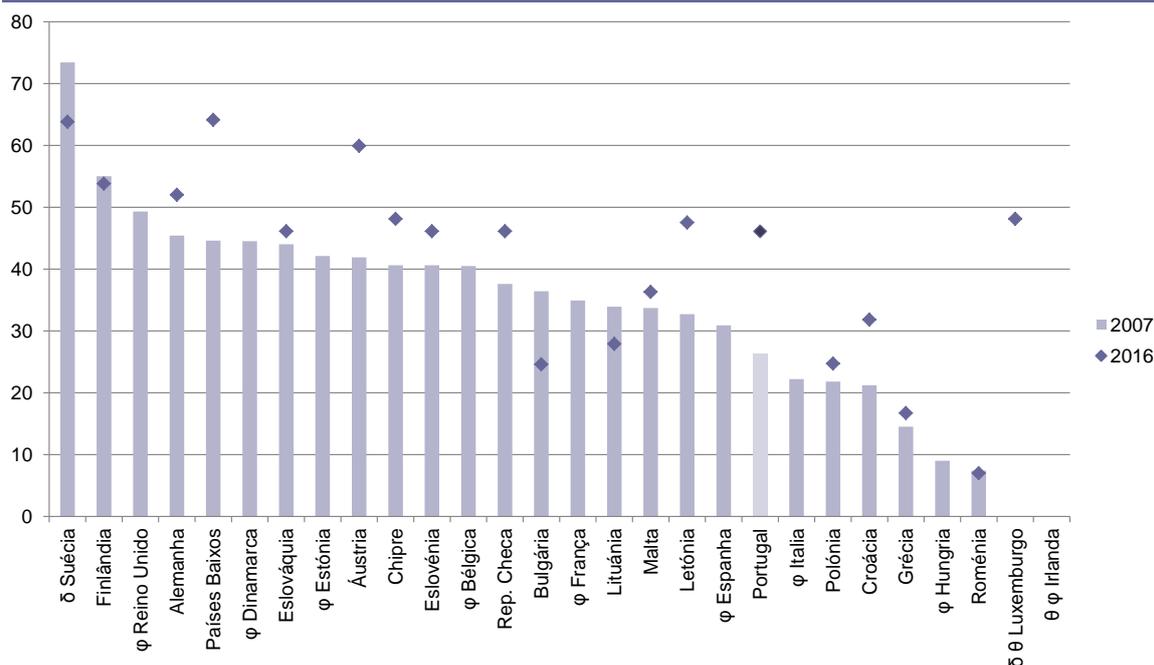
Entre 2007 e 2016, a proporção de participação em atividades de ALV aumentou para a generalidade dos

Gráfico 1: Decomposição da variação da participação (%) em ALV por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo, região NUTS II, tipologia de localidade e condição perante o trabalho, no período 2007 a 2016



⁴ À data de apresentação destes resultados apenas estavam disponíveis dados de 19 países para o ano de 2016.

Gráfico 2: Proporção de pessoas com idade dos 25 aos 64 anos que participaram em ALV (%), UE-28, 2007 e 2016



Notas

δ Quebra de série em 2016.
 θ Dados não disponíveis para 2007.
 φ Dados não disponíveis para 2016.

Fonte: Eurostat, Adult Education Survey.
Data da última atualização: 23-10-2017.
Data da extração: 30-11-2017.

países analisados,⁵ à exceção da Bulgária (menos 11,8 p.p.), da Lituânia (menos 6,0 p.p.), da Finlândia (menos 1,2 p.p.) e da Roménia (menos 0,4 p.p.). Portugal destacava-se como o país com o maior aumento na proporção de participação em atividades de ALV (mais 19,7 p.p.), seguido da Áustria (mais 18,0 p.p.).

Para o ano mais recente é possível dividir os países em três grupos:

1. No primeiro grupo, com uma taxa de participação em ALV inferior a 40%, destacam-se países como a Roménia (7,0%), a Grécia (16,7%), a Bulgária (24,6%) e a Polónia (24,7%), com as mais baixas taxas de participação.
2. No segundo grupo, dos países com uma taxa de participação em ALV intermédia, entre 40 e 50%, incluem-se Portugal, República Checa, Eslovénia e Eslováquia (todos com 46,1%), Letónia (47,5%), Luxemburgo e Chipre (ambos com 48,1%).
3. No terceiro grupo, dos países com taxas de participação em atividades de ALV superiores a

50%, destacam-se a Áustria (59,9%), a Suécia (63,8%) e os Países Baixos (64,1%), apresentando as proporções mais elevadas. Genericamente, estes países registavam também das mais elevadas taxas de participação em educação formal e em educação não formal.

Em que atividades de educação e formação participou a população adulta em 2016?

O IEFA 2016 recolheu informação detalhada, para a população dos 18 aos 69 anos, acerca das atividades de educação formal e não formal⁶ em que participaram, nos doze meses anteriores à entrevista, cujas características são descritas na caixa seguinte.

⁶ Relativamente à participação em educação formal, nos casos em que, nos doze meses anteriores à entrevista, foi realizada mais do que uma atividade, foi selecionada a atividade mais recente, sobre a qual foi recolhida informação detalhada. No âmbito da educação não formal, foi recolhida informação genérica sobre até sete atividades, e de entre essas sete, foram selecionadas aleatoriamente até duas atividades para as quais foi recolhida informação com maior detalhe.

⁵ Excluem-se da análise os Países Baixos, por quebra de série em 2016, e o Luxemburgo, pela ausência de dados disponíveis para 2007.

Maioria das atividades de educação formal no ensino superior

No que respeita às atividades de **educação formal**, destacam-se os seguintes resultados:

- Aproximadamente dois terços (65,7%) das pessoas que participaram em educação formal fizeram-no no ensino superior e 29,9% no ensino secundário ou pós-secundário – estas foram sobretudo no âmbito do ensino vocacional (65,8%), que compara com 34,2% no ensino geral.
- “Engenharia, indústrias transformadoras e construção”, “Ciências empresariais, administração e direito” e “Saúde e proteção social” foram as áreas de educação e formação preferenciais, para 17,9%, 17,5% e 15,3%, respetivamente, dos participantes em educação formal (*).
- A quase totalidade das atividades de educação formal foi realizada em regime de ensino presencial (94,7%). Porém, foram utilizados materiais educativos online muito frequentemente (61,2%) ou frequentemente (20,0%), e para 85,8% dos participantes a comunicação com professores e colegas foi feita através da internet.
- As motivações de ordem pessoal foram determinantes para a participação em atividades de educação formal, nomeadamente: desenvolver conhecimentos/competências numa temática de interesse (91,8%); obter um certificado/diploma (90,1%); ou adquirir conhecimentos e competências úteis para o dia-a-dia (89,9%). Seguem-se as razões de ordem profissional, como aumentar possibilidade de conseguir um emprego ou mudar de emprego (84,2%) e a melhoria das perspetivas de carreira (35,8%).
- Enquanto frequentaram a atividade de educação formal, a maioria dos participantes não estava a trabalhar (72,1%); entre aqueles que trabalhavam, 65,6% frequentaram a atividade fora do horário de trabalho.
- O tempo médio despendido por participante em educação formal foi de 807 horas (**).
- Para cerca de metade dos participantes em educação formal (50,7%) a atividade não implicou despesas para o próprio. Para 35,8% as despesas foram totalmente suportadas pelo próprio e para 13,5% as despesas foram partilhadas com outras pessoas/instituições.
- Para as atividades em que houve partilha de despesas ou cujas despesas foram totalmente custeadas por outrem, o valor médio pago por atividade, em 2016, em propinas, mensalidades, matrículas, exames, livros e meios técnicos de estudo foi de 1 122€.
- As competências adquiridas em educação formal já haviam sido usadas muitas vezes por 47,1% dos participantes em educação formal e algumas vezes por 27,5%. A perspetiva de uso dessas competências no futuro é referida por 82,2%.
- A satisfação pessoal (aumento da autoestima, aquisição/melhoria de conhecimentos) foi o principal impacto do investimento em educação formal, referido por 90,1% dos indivíduos que participaram naquele tipo de atividades. Outros impactos mencionados prendem-se com a esfera profissional, como sejam arranjar um (novo) emprego (35,8%) e ter melhor desempenho no trabalho (15,7%).

Maioria das atividades de educação não formal relacionadas com o trabalho

Quanto às atividades de **educação não formal**, salientam-se os seguintes aspetos:

- Mais de metade (52,0%) dos participantes em educação não formal realizou apenas uma atividade nos 12 meses anteriores à entrevista; 22,4% realizaram duas e 25,6% três ou mais atividades.
- Os cursos (27,0%) e a formação acompanhada no posto de trabalho (14,4%) foram o tipo de atividade não formal mais frequentado.
- A grande maioria dos participantes em atividades de educação não formal referiu que pelo menos uma das atividades realizadas se relacionava com o trabalho (86,4%); para 68,3% pelo menos uma dessas atividades ocorreu durante o horário de trabalho; e para a mesma proporção pelo menos uma atividade foi total ou parcialmente paga pelo empregador ou futuro empregador.
- A maioria das atividades de educação não formal (61,8%) conferiu um certificado ou diploma de aproveitamento; para 38,4% dessas atividades esse certificado ou diploma era exigido para o exercício da atual ou futura atividade profissional.
- As áreas de formação preferenciais foram os “Serviços” (24,3%), as “Ciências empresariais, administração e direito” (18,3%) e a “Saúde e proteção social” (14,2%), que, em conjunto, englobam mais de metade das atividades analisadas.
- Para a realização de atividades de educação não formal prevaleceram as seguintes motivações: aquisição de conhecimentos e competências úteis para o dia-a-dia (88,8%); desenvolvimento de conhecimentos e competências numa temática de interesse (83,2%); fazer melhor o trabalho (77,1%); melhorar as perspetivas de carreira (50,7%); ou obtenção de um certificado (45,7%).
- A maioria das atividades foi realizada na presença de um professor ou monitor (85,8%) e em apenas 34,3% das atividades houve comunicação com outras pessoas através da Internet.

- As entidades que prepararam as atividades de educação não formal foram sobretudo a entidade empregadora (37,1%) e instituições de educação e formação não formal (20,5%).
- O tempo médio despendido em educação não formal foi de 84 horas por atividade (**).
- Cerca de quatro quintos das atividades de educação não formal realizadas (79,8%) não implicaram despesas para os participantes, seja porque as despesas foram totalmente pagas por outrem (41,4%), seja porque a atividade foi gratuita (38,4%). As despesas foram totalmente pagas por quem as realizou em 17,7% das atividades. Apenas em 2,2% das atividades os custos foram partilhados entre quem participou e outrem.
- O valor médio pago em propinas, mensalidades, matrículas, exames, livros e meios técnicos de estudo foi de 143€ por atividade de educação não formal.
- Os impactos da participação em educação não formal foram sobretudo na esfera pessoal (75,3%) e profissional, nomeadamente relacionados com a melhoria do desempenho (67,8%) e a possibilidade de assumir novas responsabilidades no trabalho (32,8%).

(*) A área de educação e formação apenas é questionada quando se trata de atividades desenvolvidas no âmbito do ensino secundário ou pós-secundário e superior, ficando excluídas desta análise as que são realizadas no âmbito do ensino básico.

(**) Consideram-se horas despendidas na frequência da atividade de educação formal, nos 12 meses anteriores à entrevista, excluindo o tempo passado nos percursos casa/escola e em trabalhos de casa.

(***) Consideram-se horas despendidas na frequência da atividade de educação não formal, nos 12 meses anteriores à entrevista, excluindo o tempo passado nos percursos e em trabalhos de casa.

Quadro 4: Atividades de educação formal e não formal por áreas de educação e formação, pagamento das despesas, principais razões da participação e principais impactos, 2016			
		2016	
		Educação formal	Educação não formal
		%	
Principais áreas de educação e formação	Programas e qualificações genéricos	10,8	6,6
	Ciências empresariais, administração e direito	17,5	18,3
	Engenharia, indústrias transformadoras e construção	17,9	9,3
	Saúde e proteção social	15,3	14,2
	Serviços	9,6	24,3
Pagamento das despesas	Totalmente pagas pelo próprio	35,8	17,7
	Partilhadas entre o próprio e outros	13,5	2,2
	Totalmente pagas por outros	36,0	41,4
	Curso gratuito	14,7	38,4
Principais razões da participação	Fazer melhor o seu trabalho	23,5	77,1
	Melhorar as perspetivas de carreira	35,8	50,7
	Aumentar possibilidade de conseguir um emprego ou mudar de emprego	84,2	23,9
	Adquirir conhecimentos/competências úteis para o seu dia-a-dia	89,9	88,8
	Desenvolver conhecimentos/competências numa temática que lhe interessa	91,8	83,2
	Obter um certificado/diploma	90,1	45,7
Principais impactos	Arranjar um (novo) emprego/trabalho	35,8	7,7
	Ter novas responsabilidades no trabalho	8,7	32,8
	Ter melhor desempenho no trabalho	15,7	67,8
	Estar mais satisfeito	90,1	75,3

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2016.

4. Aprendizagem informal

A aprendizagem informal decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer, numa base de autoaprendizagem, mas com um intenção deliberada de aprender. Este tipo de atividades distingue-se das anteriores – educação formal e não formal – por não envolver um professor, monitor ou equivalente, e sobretudo pelo seu carácter intrinsecamente individual, voluntário e auto-organizado.

A participação da população adulta em atividades de aprendizagem informal generalizou-se, tendo mais do que duplicado numa década

Na década em análise, a participação em atividades de aprendizagem informal mais do que duplicou, alcançando 5,7 milhões de pessoas em 2016 (eram 2,8 milhões em 2007). A proporção de indivíduos dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem informal aumentou naquele período 48,6 p.p., passando de 40,8% em 2007 para 89,4% em 2016.

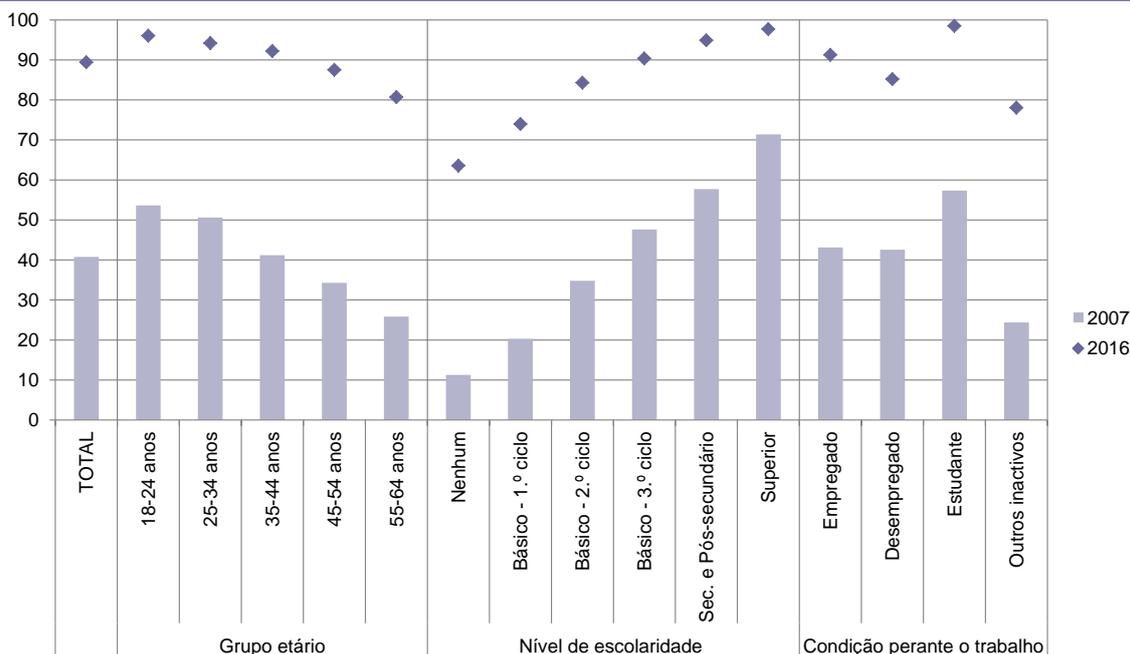
A análise da década em termos de participação em atividades de aprendizagem informal permite evidenciar os seguintes aspetos:

- A participação em aprendizagem informal generalizou-se: o aumento da participação em atividades de aprendizagem informal foi transversal a todos os grupos etários e foi crescente com a idade.
- Embora a participação aumente com o nível de escolaridade, a grande alteração na última década verificou-se para as pessoas menos escolarizadas,

com aumentos superiores a 50 p.p. para quem não tinha qualquer nível de escolaridade completo ou tinha no máximo o 1.º ciclo do ensino básico.

- Nas regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registaram-se os maiores aumentos da década: 74,2 p.p. e 62,7 p.p., respetivamente. Na região Centro a taxa de participação subiu 55,1 p.p., passando esta a ser a região onde se verificava, em 2016, a mais alta participação em aprendizagem informal (91,3%).
- Os inativos (excluindo os estudantes) foram o grupo cuja participação mais aumentou entre 2007 e 2016 (53,6 p.p.), seguidos dos empregados (48,1 p.p.), embora os estudantes tenham registado sempre as taxas de participação mais elevadas em aprendizagem informal, abrangendo a sua quase totalidade em 2016 (98,5%).
- Numa análise por profissão, verifica-se que os “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” foram os que mais aumentaram a sua participação neste tipo de atividades (61,9 p.p.), passando de 19,0% em 2007 – valor mais baixo de entre todas as categorias profissionais – para 80,9% em 2016.

Gráfico 3: Proporção de pessoas com idade dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem informal por grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo e condição perante o trabalho, 2007 e 2016



5. Conhecimento de línguas estrangeiras

Mais de 70% da população conhecia pelo menos uma língua estrangeira

Em 2016, 71,8% das pessoas com idade dos 18 aos 64 anos afirmaram conhecer outra língua para além da língua materna, proporção que era mais elevada para os homens (73,0%) do que para as mulheres (70,6%). Em 2007, esse valor era de 52,0% e em 2011 de 61,3%.

Quanto às línguas estrangeiras mais conhecidas destacam-se o inglês, para 59,6% da população que conhecia outra língua para além da materna, o francês (21,5%) e o espanhol (14,8%). Isolando o inglês, contata-se que 33,8% de quem conhecia esta língua conseguia perceber e comunicar razoavelmente e produzir textos simples e 25,6% dominavam-na perfeitamente (oral e escrita).

A Área Metropolitana de Lisboa (82,1%), a Região Autónoma da Madeira (79,0%), o Algarve (76,2%) e o Centro (72,5%) destacavam-se, em 2016, por apresentarem proporções de conhecimento de línguas

estrangeiras superiores à média nacional. Na Região Autónoma da Madeira verificou-se o maior aumento na década, de 34,8 p.p. (44,2% em 2007).

Conhecimento de línguas estrangeiras mais elevado para a população mais jovem, estudante e mais escolarizada

O conhecimento de línguas estrangeiras em 2016 abrangia 91,6% da população dos 18 aos 24 anos, diminuindo consistentemente com a idade, até abranger somente metade (49,9%) dos que tinham dos 55 a 64 anos. Ao longo da década, porém, foi nos grupos etários intermédios, dos 35 aos 44 anos (26,4 p.p.) e dos 45 aos 54 anos (26,2 p.p.) que se registaram os maiores aumentos na proporção dos que conheciam línguas estrangeiras.

Das pessoas com ensino superior, 97,4% conheciam línguas estrangeiras, o que compara com 12,6% das que não tinham qualquer nível de escolaridade completo.

Quadro 5: Proporção de pessoas com idade dos 18 aos 64 anos que conhece pelo menos uma língua para além da materna (%) por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo, condição perante o trabalho, região NUTS II, leitura de livros como atividade de lazer e frequência de leitura de jornais, 2007, 2011 e 2016					
		Conhecimento de línguas			
		2007	2011	2016	Varição (2016-2007)
		%			p.p.
TOTAL		52,0	61,3	71,8	19,8
Sexo	Homens	53,2	62,3	73,0	19,8
	Mulheres	50,9	60,4	70,6	19,7
Grupo etário	18-24 anos	74,7	80,6	91,6	16,9
	25-34 anos	67,5	76,4	84,8	17,3
	35-44 anos	51,1	64,6	77,5	26,4
	45-54 anos	39,5	53,6	65,7	26,2
	55-64 anos	31,4	37,7	49,9	18,5
Nível de escolaridade	Nenhum	8,7	10,1	12,6	3,9
	Básico-1.º ciclo	14,6	20,9	25,8	11,2
	Básico-2.º ciclo	42,3	44,7	50,4	8,1
	Básico-3.º ciclo	68,1	68,8	74,1	6,0
	Sec. e Pós-secundário	85,6	87,9	89,3	3,7
Condição perante o trabalho	Superior	94,0	96,4	97,4	3,4
	Empregado	54,3	65,5	74,8	20,5
	Desempregado	52,8	57,9	66,8	14,0
	Estudante	89,5	90,7	97,7	8,2
NUTS-II	Outros inactivos	29,3	35,7	43,5	14,2
	Norte	48,4	54,5	64,3	15,9
	Centro	49,2	64,2	72,5	23,3
	A. M. Lisboa	60,7	68,7	82,1	21,4
	Alentejo	50,0	57,1	66,5	16,5
	Algarve	56,8	71,3	76,2	19,4
	R. A. Açores	40,6	50,2	61,8	21,2
R. A. Madeira	44,2	60,8	79,0	34,8	
Leitura de livros como atividade de lazer	Sim	73,8	81,1	87,3	13,5
	Não	35,1	47,2	61,6	26,5
Frequência de leitura de jornais	Todos os dias ou quase todos os dias	64,7	73,5	81,6	16,9
	Pelo menos uma vez por semana	51,6	54,3	66,2	14,6
	Pelo menos uma vez por mês	43,8	48,9	60,7	16,9
	Menos de uma vez por mês	39,2	30,8	52,2	13,0
	Nunca	24,2	23,4	37,7	13,5

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2007, 2011, 2016.

A quase totalidade dos estudantes (97,7%) conhecia pelo menos uma língua estrangeira, mas na década em análise foram os empregados que registaram o maior aumento na proporção dos que conhecem outras línguas para além da materna (20,5 p.p.). Entre os trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, destacam-se os empregados com contrato de trabalho sem termo com um aumento de 20,7 p.p. na década: passaram de 53,9%, em 2007, para 74,6%, em 2016.

Se para os grupos profissionais mais qualificados a proporção dos que conhecem línguas estrangeiras é mais elevada, os resultados evidenciam que, em 10 anos, a proporção de pessoas que conhecem línguas aumentou substancialmente no grupo dos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” (20,8 p.p.), mas também em grupos profissionais menos qualificados, como o dos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (21,6 p.p.) e o dos “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (19,7 p.p.).

Conhecimento de línguas estrangeiras mais elevado para a população com hábitos de leitura de livros e de jornais

O conhecimento de línguas estrangeiras é muito superior para a população que tem hábitos de leitura de livros como atividade de lazer (87,3% em 2016), por

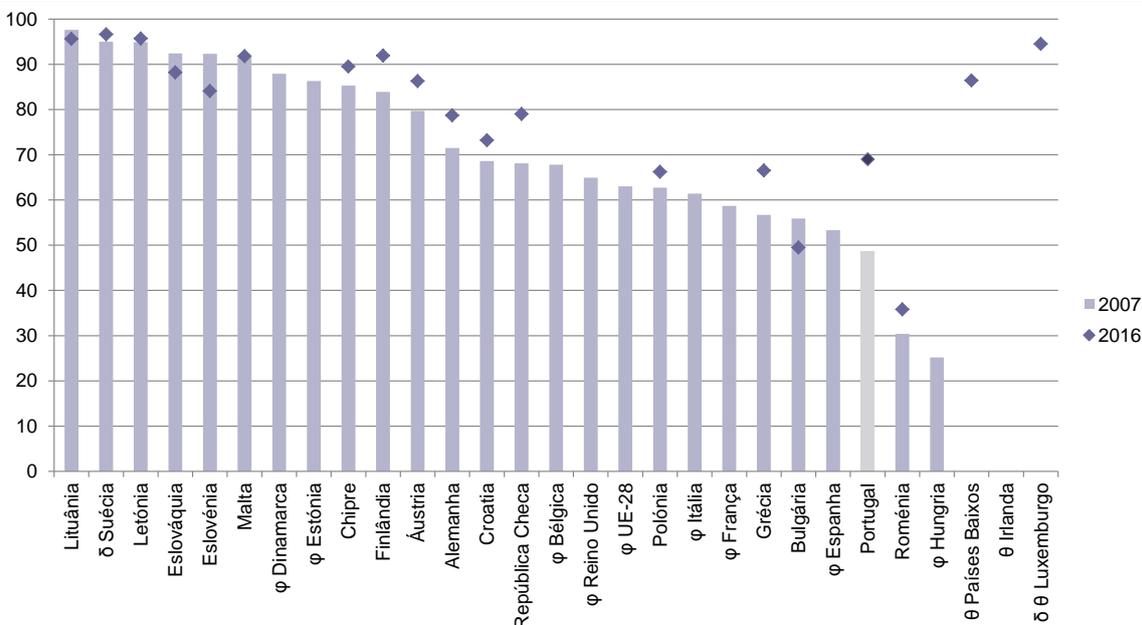
comparação com a que não os tem (61,6%). Porém, foi neste último grupo que se registou o maior aumento entre 2007 e 2016 (26,5 p.p.).

Os resultados evidenciam que, à semelhança de 2007 e 2011, também em 2016 quanto mais frequente é a leitura de jornais, maior é a proporção dos que conhecem línguas estrangeiras: 81,6% para os que leem jornais diariamente, proporção que desce até 37,7% para os que nunca o fazem.

Como se posiciona Portugal no contexto europeu em matéria de conhecimento de línguas estrangeiras?

Em 2016, Portugal ocupava uma posição intermédia no conjunto dos países europeus em termos de conhecimento de línguas estrangeiras: 69,0% da população do grupo etário dos 25 aos 64 anos conhecia pelo menos uma língua estrangeira, longe dos países com posições cimeiras, como a Suécia (96,6%), a Letónia (95,7%), a Lituânia (95,6%) ou o Luxemburgo (94,5%), mas muito acima dos países com níveis mais baixos, como a Bulgária (49,5%) ou a Roménia (35,8%). Do conjunto dos 17 países para os quais os dados já estão disponíveis, Portugal foi aquele que mais aumentou a proporção de pessoas com conhecimento de línguas estrangeiras (20,3 p.p.) entre 2007 e 2016, seguido da República Checa (10,9 p.p.), da Grécia (9,8 p.p.) e da Finlândia (8,0 p.p.).

Gráfico 4: Proporção de pessoas com idade dos 25 aos 64 anos que conhece pelo menos uma língua para além da materna (%), Portugal e UE-28, 2007 e 2016



Notas

- δ Quebra de série em 2016.
- θ Dados não disponíveis para 2007.
- φ Dados não disponíveis para 2016.

Fonte: Eurostat, Adult Education Survey.
 Data da última atualização: 27-10-2017.
 Data da extração: 22-11-2017.

6. Não participação em educação, formação e aprendizagem

O número de adultos não participantes em educação formal, não formal e aprendizagem informal diminuiu consideravelmente na década de 2007 a 2016, mas continuam a ser os mais velhos, os menos escolarizados e os inativos (exceto estudantes) quem regista os níveis mais elevados de não participação

A taxa de não participação em qualquer atividade de educação, formação e aprendizagem⁷ diminuiu 40,0 p.p. na década observada: em 2007 os não participantes eram 48,2% da população dos 18 aos 64 anos, reduzindo-se para 8,2% em 2016.

Ao longo da década, o perfil sociodemográfico dos não participantes manteve-se: são as pessoas mais velhas, menos escolarizadas e com progenitores igualmente menos escolarizados, inativos (excluindo os estudantes), que conhecem apenas a língua materna e com hábitos de leitura (de livros ou jornais) inexistentes ou pouco regulares as que registam taxas de não participação mais elevadas.

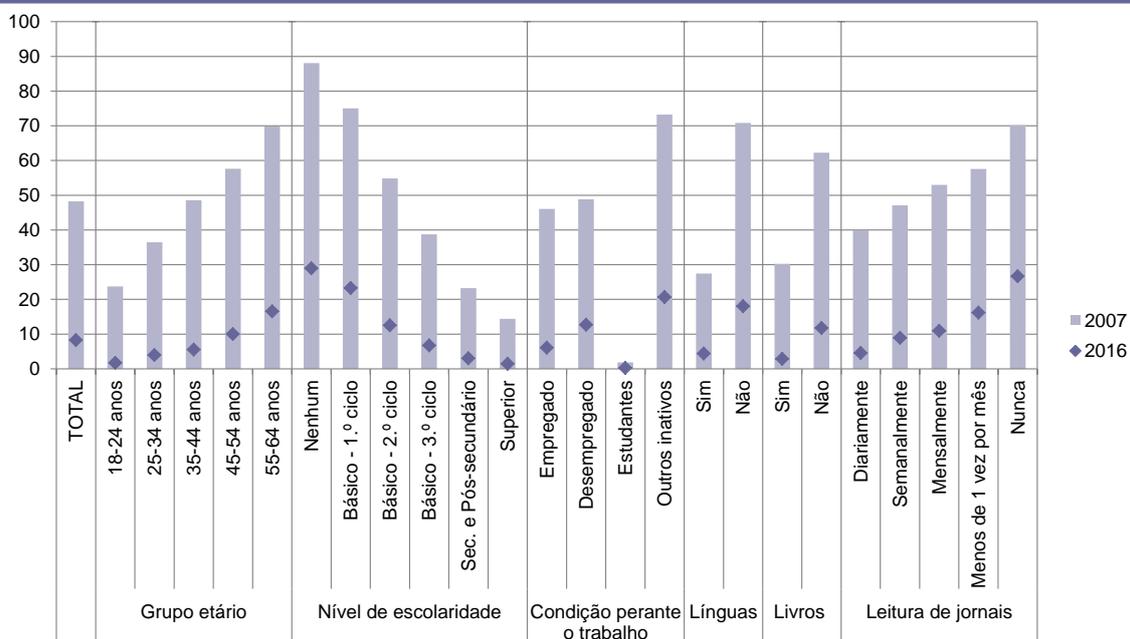
Porém, a redução da não participação foi mais expressiva nos mais velhos, nos menos escolarizados e nos inativos não estudantes (diminuíram a não

participação em 53,2 p.p., 59,2 p.p. e 52,5 p.p., respetivamente).

Em termos geográficos, a não participação foi mais elevada nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em 2007, mas em 2016 passa a ser a região do Alentejo a registar o nível mais elevado de não participação (15,7%).

Os principais obstáculos apresentados à participação em atividades de educação, formação e aprendizagem foram o horário (28,9%), os custos (17,2%) e as responsabilidades familiares (13,7%).

Gráfico 5: Proporção de pessoas com idade dos 18 aos 64 anos que não participaram em educação, formação e aprendizagem (%) por sexo, grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo, conhece outras línguas, leitura de livros como atividade de lazer e frequência de leitura de jornais



⁷ Define-se como não participação em educação, formação e aprendizagem a proporção da população que não participou em qualquer atividade de educação formal, educação não formal ou aprendizagem informal nos 12 meses que precederam a entrevista.

7. Prémios salariais da educação

Prémios salariais crescentes com o nível de educação, mas menores em 2016 do que em 2011

Neste ponto, pretende-se avaliar o valor no mercado de trabalho, em termos de rendimento⁸, que decorre da acumulação de capital humano (nível de escolaridade completo; participação em atividades de educação não formal; e participação em atividades de aprendizagem informal) de um trabalhador por conta de outrem a tempo completo, controlando para outras características do trabalhador que importam na determinação do seu salário (cf. nota metodológica sobre prémios salariais descrita no final).

Relação positiva entre os prémios salariais e o nível de escolaridade

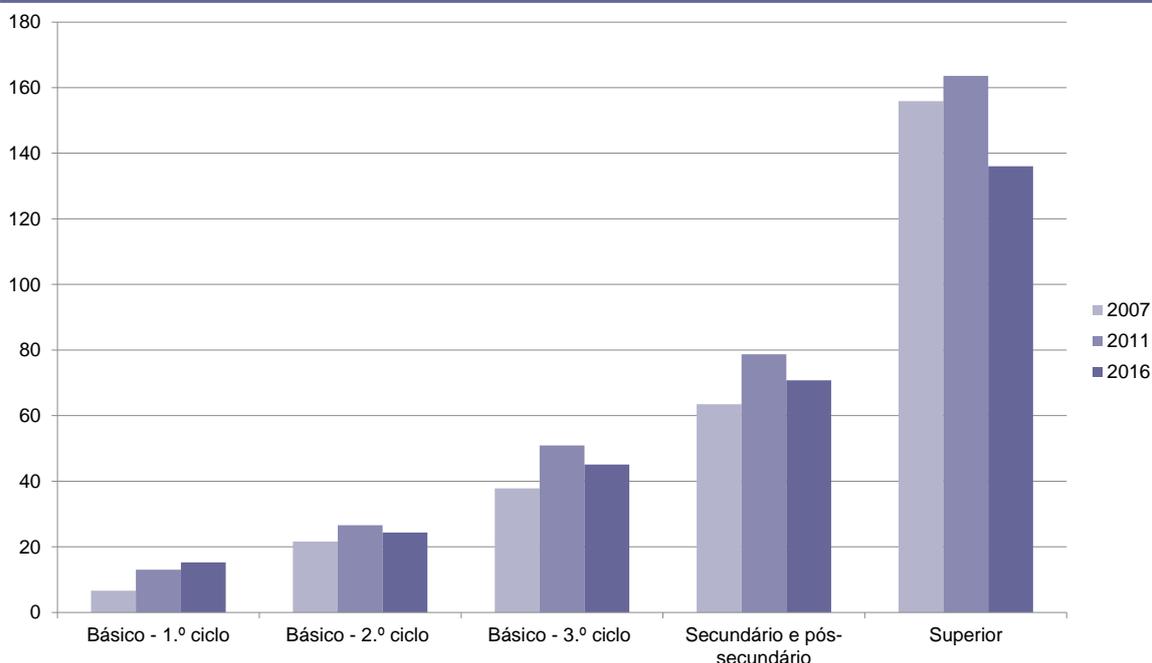
Em 2016, o rendimento salarial de uma pessoa que completou o ensino básico – 1.º ciclo era, em média, 15% superior ao de uma pessoa que não completou qualquer nível de escolaridade (“prémio salarial” do ensino básico – 1.º ciclo).

Também se observa que os prémios salariais são crescentes com o nível de escolaridade, atingindo 71% para uma pessoa que completou o ensino secundário ou

pós-secundário e 136% (mais do dobro) para uma pessoa que completou o ensino superior (sempre em comparação com o rendimento salarial de uma pessoa que não completou qualquer nível de escolaridade).

A relação positiva dos prémios salariais com os níveis de escolaridade já havia sido observada em 2007 e em 2011⁹. No entanto, de 2007 para 2011 assistiu-se a um aumento dos prémios salariais em todos os níveis de escolaridade, sobretudo nos intermédios (básico – 3.º ciclo e secundário e pós-secundário), enquanto de 2011 para 2016 se assistiu a um decréscimo generalizado dos prémios salariais, sobretudo no do ensino superior. Neste caso, o prémio salarial situou-se até abaixo do que tinha sido observado em 2007, ao contrário do sucedido para os restantes níveis de escolaridade, o que poderá estar associado ao forte acréscimo no número de pessoas que completaram o ensino superior nos últimos anos.

Gráfico 6: Prémio salarial (%) de um trabalhador por conta de outrem a tempo completo por nível de escolaridade mais elevado completo



⁸ Rendimento na atividade principal, em escalões, em 2007; rendimento por adulto equivalente em 2011 e 2016 (rendimento mensal líquido do agregado, em Euros, por adulto equivalente utilizando a escala modificada da OCDE – obtém-se pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, atribuindo um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado, 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

⁹ Instituto Nacional de Estatística (2009). Aprendizagem ao Longo da Vida. Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2007. Lisboa, INE; Instituto Nacional de Estatística (2013). Aprendizagem ao Longo da Vida. Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011. Lisboa, INE.

A participação em educação não formal também contribuiu para acréscimos salariais, mas menos notórios do que no nível de escolaridade completo (educação formal)

Em 2016, estima-se também que ter participado em atividades de aprendizagem não formal contribuiu, em média, para um acréscimo salarial de 8%, face à não participação. Este prémio salarial é igual ao da participação em atividades de aprendizagem informal. Ambos os prémios aumentaram face aos observados em 2011 (quando foram de 6% e 2%, respetivamente). Em 2007, os prémios salariais tinham sido de 13% e 4%, respetivamente.

Pode concluir-se que, na última década, os prémios salariais da participação em atividades de educação não formal superaram os da participação em atividades de aprendizagem informal. Ambos os prémios ficam muito aquém dos alcançados em qualquer nível completo da educação formal, mas é necessário atender à diferente duração e forma de acumulação de capital humano implícito em cada atividade de educação.

8. Transmissão intergeracional da educação

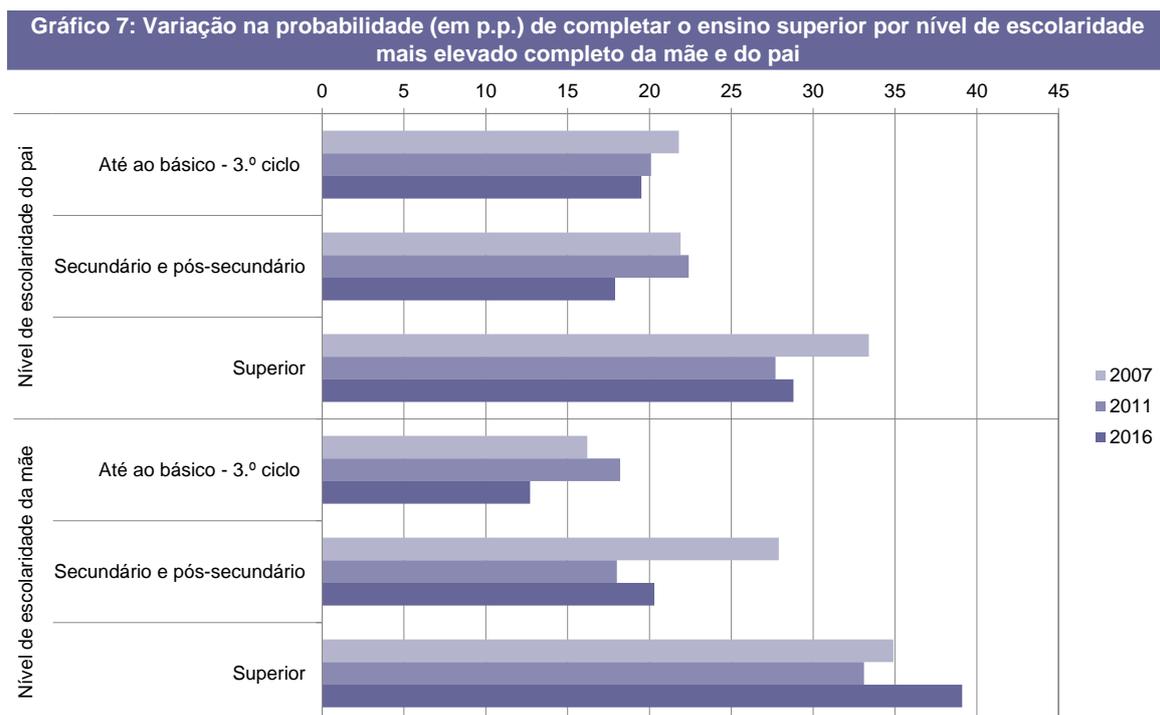
O nível de educação da mãe, quando comparado com o do pai, tem maior impacto na probabilidade de uma pessoa ter ensino superior

Os resultados do IEFA sugerem também a existência de uma associação clara entre o nível de escolaridade de uma pessoa dos 25 aos 44 anos e a escolaridade dos seus pais, aferida a partir de modelos de regressão (cf. nota metodológica sobre transmissão intergeracional descrita no final). Esta associação verifica-se em 2007,

2011 e 2016.

A mãe ter um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior tem uma relação mais forte, por comparação com pai, com a probabilidade de os seus descendentes (dos 25 aos 44 anos) completarem também o ensino superior. Com efeito, em 2016, estima-se que ter uma mãe com ensino superior aumentava, em média, em 39,1 p.p. a probabilidade de uma pessoa ter completado também o ensino superior. Ter um pai com ensino superior aumenta em 28,8 p.p. aquela probabilidade. Ter uma mãe com ensino secundário e pós-secundário também induz um acréscimo na probabilidade de ter ensino superior (20,3 p.p.) maior do que ter um pai com aquele nível de ensino (17,9 p.p.).

A relação entre o ensino superior da mãe e o ensino superior dos descendentes tornou-se mais forte entre 2007 e 2016, o mesmo não sucedendo em relação ao pai, nem para os outros níveis de ensino (do pai ou da mãe).



Nota metodológica (Síntese)

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é um inquérito comunitário realizado pelo Instituto Nacional de Estatística sob as recomendações metodológicas do Eurostat. Tem como objetivo principal a análise da participação da população adulta em atividades de educação, formação e aprendizagem. É considerada a participação em qualquer tipo de atividade de aprendizagem, incluindo atividades de educação formal e não formal, bem como atividades de aprendizagem informal, nos 12 meses prévios à entrevista.

O IEFA 2016 constitui a terceira edição desta operação estatística, na sequência das que se realizaram em 2007 e 2011. Na operação estatística de 2016 foi inquirida a população residente com idade dos 18 aos 69 anos que vivia em alojamentos familiares de residência principal.

Ainda que a população alvo do inquérito europeu respeite às pessoas com idade dos 25 aos 64 anos, em Portugal foi alargado, numa base opcional, o âmbito etário de inquirição à população com idade dos 18 aos 24 anos e à população com idade dos 64 aos 69 anos.

A recolha de dados decorreu no período de Novembro de 2016 a Março de 2017. É um inquérito amostral, cuja informação foi recolhida diretamente nas unidades de observação – pessoas – através de um questionário registado em computador – Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI).

O âmbito geográfico do inquérito refere-se a NUTS II (Continente, Regiões Autónomas do Açores e da Madeira). A amostra foi dimensionada a nível nacional. As estimativas foram obtidas através de uma amostra de 12 063 unidades de alojamento, a que corresponderam 14 211 pessoas no âmbito etário de referência (dos 18 aos 69 anos) com entrevista conseguida.

Para uma análise mais detalhada da metodologia seguida, sugere-se a leitura do documento metodológico do IEFA em:

<http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1441>.

Principais conceitos:

Aprendizagem ao longo da vida: é um conceito que agrega a participação em alguma atividade de educação formal – ministrada em instituições de educação, conducente a um nível de escolaridade – e/ou não formal – atividade organizada de formação, profissional ou outra, numa dada área de competências, mas que não equivale a um nível de escolaridade.

Educação formal: educação ou formação ministradas em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

Educação não formal: formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. Esta certificação não é, normalmente reconhecida, pelas autoridades nacionais, não permitindo a progressão na sucessão hierárquica de níveis de educação e formação.

Aprendizagem informal: formação que decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer. Normalmente, tem lugar fora de estruturas institucionais, decorrendo num ambiente de aprendizagem que o aprendente (ou outra pessoa) pode organizar e estruturar livremente. Não confere certificação, embora as competências adquiridas por esta via possam vir a ser submetidas a processo de validação e certificação.

Nota metodológica sobre os prémios salariais

Os coeficientes para o cálculo dos prémios salariais foram estimados através de uma regressão linear do logaritmo do rendimento aplicada em separado a cada uma das amostras do IEFA (2007, 2011 e 2016), considerando os ponderadores respetivos. A variável dependente é definida como o rendimento da atividade principal em 2007 (em escalões) e o rendimento por adulto equivalente em 2011 e 2016. O modelo aplicado em 2007 considera a probabilidade de o rendimento se encontrar em cada escalão, tomando em consideração os limites desse escalão. As regressões foram estimadas para os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo. O conjunto de variáveis explicativas, para além das apresentadas, inclui ainda o escalão etário (variáveis binárias), a antiguidade do trabalhador (forma quadrática) e variáveis de controlo para o rendimento por adulto equivalente. As regressões são as básicas para o capital humano e não incluem a dimensão da empresa, o sector de atividade e a região. O grupo de comparação para os níveis de escolaridade é constituído pelos trabalhadores sem escolaridade.

Nota metodológica sobre transmissão intergeracional da educação

A relação entre a escolaridade da pessoa e a escolaridade dos pais foi estimada através de um modelo *Probit* ordenado. O modelo estima a probabilidade da pessoa completar um determinado nível de escolaridade controlando para o seguinte conjunto de variáveis: escolaridade dos pais, condição perante o trabalho dos pais (empregado ou não) e grupo etário. O modelo foi aplicado a cada uma das amostras do IEFA em separado (2007, 2011 e 2016), considerando os ponderadores respetivos. Os resultados foram obtidos para os grupos etários 25-34 e 35-44 anos. Os valores apresentados representam a variação da probabilidade de completar cada um dos níveis de escolaridade, comparando com a probabilidade de não completar qualquer nível de escolaridade ou de não completar o nível básico.